

Governo deve propor aos estados assumir dívida mobiliária de Cr\$ 2,5 trilhões

por Claudia Safatle
de Brasília

O Tesouro Nacional poderá assumir a dívida mobiliária dos estados, estimada em cerca de Cr\$ 2,5 trilhões (a preços de abril passado), no bojo da renegociação dos débitos dos governadores estaduais junto à União, que envolveria o refinanciamento de cerca de US\$ 60 bilhões de dívidas por um prazo de vinte anos.

Esta será uma das propostas do "pacote" financeiro que o governo federal oferecerá aos secretários estaduais de Fazenda, que estarão reunidos no Ministério da Economia, amanhã, para conhecer e discutir com a equipe econômica a equação que o ministério propôs para sanear, definitivamente, as finanças da União e dos estados.

Além dessa medida, que representa, na prática, a "federalização" da dívida mobiliária — que foi proposta recentemente pelo governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares —, há um elenco de outras providências que passam, inclusive, pela suspensão de preceitos constitucionais.

Nessa direção, o secretário executivo do Ministério da Economia, Luiz Antônio de Andrade Gonçalves, dis-



Luiz Antônio Gonçalves

se ontem que a suspensão, por dois anos, dos fundos constitucionais, pode ser uma outra providência a ser tomada, através de emenda constitucional, caso os governadores aceitem.

A ideia é mobilizar uma massa de recursos de aproximadamente US\$ 15 bilhões para os governos estaduais que utilizariam parte desses recursos para pagar dívidas junto à União (são dívidas contratadas junto à Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco do Brasil, débitos junto à Receita Federal, Previdência Social, Fundo de Garantia e Tesouro Nacional).

Hoje a constituição determina que 3% do total da arrecadação dos impostos de renda e sobre produtos industrializados se reverta em recursos para os bancos dos estados do Norte/Nordeste e Centro-Oeste aplicarem em projetos regionais tocados pelo setor privado. São os fundos constitucionais do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. A proposta do Ministério da Economia é de que esses fundos sejam suspensos por dois anos e que o produto da arrecadação seja revertido aos governos estaduais pelos critérios de distribuição do fundo de participação dos estados. Os governadores, por sua vez, usariam parte desse dinheiro para pagar a União. Os fundos constitucionais comporiam apenas uma parcela dos US\$ 15 bilhões de recursos a serem reciclados.

A "federalização" da dívida mobiliária foi a maneira encontrada pelo Tesouro Nacional para "fundar" os débitos em títulos dos governos estaduais, dando-lhes uma condição de rolagem melhor do que a atual. O Tesouro Nacional ficaria, assim, responsável pelos cerca de Cr\$ 2,5 trilhões de dívida pública, cuja grande parcela está nas mãos dos estados de

São Paulo, Cr\$ 874,8 bilhões (posição de abril último); Minas Gerais, com Cr\$ 480 bilhões; Rio Grande do Sul com Cr\$ 378,37 bilhões; e o Rio de Janeiro, que tinha uma dívida mobiliária de Cr\$ 395 bilhões em abril passado.

Ao assumir esses débitos, o Tesouro Nacional deverá trocar os títulos estaduais por papéis de sua responsabilidade (pode ser, inclusive, as Notas do Tesouro Nacional (NTN), cuja regulamentação deve sair nos próximos dias), e os estados devedores teriam 20 anos para saldar o débito junto ao caixa da União.

Segundo informações do departamento do Tesouro Nacional, a maior parte dessa dívida mobiliária dos estados já está em poder do governo, seja no Banco Central, nos bancos estaduais ou nas distribuidoras estaduais. Pouco estaria em mãos de instituições privadas.

A ideia é que dia 26, segunda-feira, quando os governadores estarão em Brasília para um encontro com o presidente da República, seja conhecida a reação dos governos estaduais à proposta do governo federal que inclui, também, um compromisso com as emendas constitucionais.